

TRADUÇÃO

L'AGRICULTURE BIOLOGIQUE ET SES PRODUITS: ENTRE
INSTITUCIONALISATION MARCHANDE ET REPOSITIONNEMENTS
ÉTHIQUESA AGRICULTURA ORGÂNICA E SEU RECONHECIMENTO: ENTRE
INSTITUCIONALIZAÇÃO, MERCADO E REPOSICIONAMENTO ÉTICO^{1 2}

Marie-France Garcia-Parpet

Nathalie Jas

Benoît Leroux

Tradução: Thais Joi Martins³Revisão: Erica Ambiel Julian⁴**RESUMO**

O artigo analisa como a crítica da economia agrícola que passou a imperar nos anos 1950, 1960, 1970, baseada na especialização em cultivos comerciais e na busca de maximizar a rentabilidade monetária dos esforços produtivos, chegou a conseguir a diminuição da percepção positiva dos produtos agrícolas alimentares vindos de explorações rurais que se submeteram às regras “produtivistas”, onde impera a preocupação com redução de custos e rentabilidade máxima, provocando a aparição de uma outra categoria de bens, os produtos resultantes da “agricultura orgânica”. Esses métodos de produção seriam susceptíveis de assegurar uma alimentação sadia e contribuiriam para a preservação dos solos e do meio ambiente. O texto mostra como a “agricultura orgânica” assumiu uma multiplicidade de sentidos e formas, segundo os contextos históricos e os agentes que investiram nessa modalidade de praticar a agricultura; analisa ainda a procura da legitimação dessa modalidade de conceber e praticar a agricultura pelo Estado e como este movimento esteve na origem de uma

¹ Agradecemos Thais Joi Martins pela sua tradução cuidadosa e Afrânio Garcia Jr que se interessou pela releitura do texto.

² O presente artigo teve sua primeira versão publicada em língua Francesa na Revista Regard Sociologiques com o título: L'agriculture biologique et ses produits: entre institutionnalisation marchande et repositionnements éthiques, disponível em: http://www.regards-sociologiques.fr/wp-content/uploads/2019/10/RS-50-51_agriculture_final.pdf#page=21. Agradecemos a revista pela autorização para realizar a tradução do artigo.

³ Pós-Doutoranda na Université Sorbonne Lettre – Paris; Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente-pesquisadora na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Email: thaisjoi@ufrb.edu.br.

⁴ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do NESEFI (Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças).

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

proximidade maior com os produtos e métodos padronizados da agricultura integrada ao mercado. Contudo essa convergência não impediu a constância de uma crítica que é expressa pela criação dos rótulos mais exigentes e pelo desenvolvimento dos circuitos curtos de carácter alternativo como a AMAP⁵.

A literatura da economia e das ciências sociais chama atenção para a crescente transformação em mercadorias (*commodities*) de produtos agrícolas ou naturais, em conexão com o avanço do neoliberalismo e da mundialização, atingindo bens que estiveram excluídos da economia de mercado até passado recente e de bens que se caracterizam por uma relação específica com a economia.⁶ Assim, bens relacionados à vida humana – seguro de vida, patentes de organismos vivos por exemplo⁷ – entraram na órbita do mercado. Certos bens simbólicos tais como textos literários, serviços médicos e trabalhos científicos conheceram dinâmicas de inserção no mercado que parecem, de fato, os aproximar da racionalidade do *homo economicus*.⁸

Apesar desta tendência, pode-se constatar que a moral, a ética, não desaparecem das relações de mercado e podem garantir que certos bens sejam excluídos das transações mercantis, ou que a sua comercialização seja institucionalizada de uma forma bem particular.⁹ Pode-se observar os exemplos de bens considerados hoje como mercadorias, que adquiriram componentes éticos, como, por exemplo, os produtos

⁵ As AMAPs são associações para a manutenção da agricultura camponesa que reúnem grupos de consumidores e camponeses, ou artesãos. Elas surgem a partir de um contrato estabelecido entre os integrantes da associação, definindo-se a quantidade e a diversidade dos produtos que serão produzidos durante cada estação do ano, tais como, carne, ovos, legumes, verduras, frutas, queijos, entre outros. Os agricultores montam cestas de produtos de acordo com o que é produzido e fixa-se um preço para cestas. Portanto, o foco não está centrado na padronização dos produtos e na escolha do consumidor em relação aos produtos que deseja. Estabelece-se também um acordo entre consumidores e agricultores sobre os métodos que serão usados na colheita, de forma que o processo seja transparente, na medida em que se busca produzir alimentos saudáveis, justos e que respeitem a biodiversidade e o ritmo da natureza. Para mais informações ver: <http://www.reseau-amap.org/amap.php> (Nota da tradutora).

⁶ Bourdieu, Pierre, *Les règles de l'art*, Paris, Le Seuil (coll. Essais), 1992; Karpic Lucien, *L'économie des singularités*, Paris, Gallimard (coll. Bibliothèque des sciences humaines), 2007; Gadrey Jean, “Le bon, le beau et le grand: entre culture et marché, les singularités”, *Revue Française de Sociologie*, Vol.49, mars 2008, pp.379-389.

⁷ Zelizer, Viviana, *Moral and Markets: The development of Life and Insurance in the United States*, New York, Columbia University Press, 1979; Cassier Maurice “Délimiter le marché de la santé et fair ele droit du vivant” *Revue d' Economie Industrielle*, n.120, 2007, pp.155-174.

⁸ Bourdieu Pierre, “Une révolution conservatrice dans l'édition”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.126, mars, 1999, pp.3-28; Karpic Lucien, *L'économie des singularités...*, *op.cit.*; Karpic Lucien “Performance”, “Excellence” et “Création scientifique”, *Revue Française de Socio- économie*, n.10, mars 2012, p.113-135.

⁹ Zelizer, Viviana, *La signification sociale de l'argent*, Paris Seuil (coll.Liber), 2005; Cassier Maurice, “Délimiter le marché de la santé et fair ele droit du vivant” *Revue d'Economie Industrielle*, n°120, 2007, pp.155-174. Steiner Philippe, Trespeuch Marie, *Marchés Contestés. Quand le marché reencontre la morale*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 2015.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

“justos”, que não levam em conta unicamente o valor “intrínseco” de um bem, ou de seus custos, mas igualmente a maneira em que ele é produzido e comercializado.¹⁰ Os produtos agrícolas constituem um caso interessante para examinar o processo de transformação de um bem em mercadoria (em inglês “commodity” para designar bens que circulem de forma mercantil em larga escala), seus limites, e mostrar que, às vezes, nós podemos testemunhar uma inversão desse processo, a descaracterização de algo como simples mercadoria, como os produtos padronizados tornando-se parcialmente “diferentes dos outros”, ou, como diz Lucien Karpik, “produtos singulares”.

Os produtos da agricultura eram considerados até o início do século XX como mercadorias “*commodities*”.¹¹ Na medida em que se desenvolveu uma agricultura intensiva e industrializada, seus produtos tornaram-se objeto de críticas. Assim surgiu a ideia de se proteger os produtos denominados de “qualidade”, especialmente certos vinhos e queijos, sublinhando suas especificidades, levando à criação do princípio de denominação de origem controlada em 1919.¹²

A partir dos anos 1950, apareceram produtos agrícolas que supostamente não deveriam conter produtos nocivos para a saúde humana (sobretudo devido à ausência de produtos químicos sintéticos), capazes de melhorar a saúde preservando a “qualidade orgânica” da produção, e portadores de uma ética e/ou de um componente político: o combate contra a destruição dos solos, a favor do meio ambiente, contra a poluição, mesmo contra o capitalismo, ou em todo caso, contra o modelo econômico e social associado à agricultura intensiva. São esses produtos agrícolas hoje classificados como “orgânicos” que constituem o objeto deste artigo, fruto do diálogo de nossos trabalhos de pesquisa em perspectiva crítica e confrontados a uma revisão bibliográfica.

Após lembrar brevemente em que consiste o modelo agrícola produtivista, e como ele foi implantado na França, nós examinaremos como, e em que medida, os agentes e as instituições implicadas na sua rejeição (produtores e organizações

¹⁰ Le Velly Ronan, “Le commerce équitable: des échanges marchands contre et dans le marché, *Revue française de sociologie*, 47-2, 2006, pp.319-340.

¹¹ Nós usamos o termo Standard (commodity) por nos preocuparmos com a clareza, sem subscrever a partir disso um rompimento radical entre bens padronizados (“*standards*”) e bens simbólicos. Além disso, todos os produtos são situados dentro de um sistema simbólico; cf. Duval Julien, Garcia-Parpet Marie France, “Les enjeux symboliques des échanges économiques”, *Revue Française de Socio-économie*, n°10, mars 2012, pp.13-28.

¹² Ver, a propósito dos casos dos queijos, Delfosse Claire, *La France Fromagère (1850-1990)*, Éditions La Boutique de l’Histoire, Mondes ruraux contemporains, 2017.

profissionais, consumidores, instituições de pesquisa, organismos do Estado) contribuíram para requalificar os produtos agrícolas segundo seu modo de produção, buscando sua legitimação ou o inverso, contribuindo para institucionalizar a produção e a comercialização de bens “singulares”¹³. Se essa institucionalização é acompanhada de uma subida do prestígio de uma produção orgânica “convencional”, cada vez mais intensiva, nós mostraremos que a preocupação ética e política não desaparece: face às transformações do mundo agrícola, dos modos de comercialização e de consumo de produtos agrícolas, resultado da agricultura (convencional ou não), novas formas de produção e de comercialização de produtos alimentares “diferentes”, incarnados pela nova padronização e\ou os “circuitos curtos”, buscam se opor ao modelo dominante desenvolvido no pós-guerra e associado ao produtivismo.

UMA AGRICULTURA “INDUSTRIALIZADA E COMERCIALIZADA”

Uma agricultura “industrializada e comercializada”: tal é o modelo de agricultura do século XX desejado por Michel Augé-Laribé, secretário geral da Confederação Nacional das Associações Agrícolas, posteriormente alto funcionário do Ministério da Agricultura, que fundou a Sociedade Francesa de Economia Rural em 1948, exaltando a modernização da agricultura pela aplicação sistemática da ciência, das técnicas mais produtivas e atenta à maximização da rentabilidade monetária.

Ao protecionismo devia suceder uma abertura sobre o mundo sem precedentes, graças ao emprego de técnicas mais modernas, na indústria ou no campo, e ao investimento na agricultura, para assegurar não somente o abastecimento nacional, mas também o incremento de exportações agrícolas¹⁴. Mesmo se esse movimento esteve

¹³ Para Lucien Karpik (2013), os bens singulares são bens estruturados, incertos e incomensuráveis. Esses três elementos caracterizam a sua unicidade, sua multiplicidade ou suporte material, mantendo seu poder simbólico e sua capacidade de acolher um número de interpretações particulares. O autor cita o exemplo dos vinhos, cuja fixação dos preços é estabelecida pela classificação que lhes é atribuída através de uma autoridade simbólica, como se fosse uma espécie de guia para se estabelecer a relação entre oferta e demanda. Para aprofundar a discussão ver: Karpik Lucien, « Éléments de l'économie des singularités », dans: Philippe Steiner éd., *Traité de sociologie économique*. Paris cedex 14, Presses Universitaires de France, « Quadrige », 2013, p. 163-206. (Nota da tradutora)

¹⁴ Gervais Michel, Jollivet Marcel, Tavenier Yves, “La rupture”, in Georges Duby, Wallon Armand (dir.), *Histoire de la France rurale*, vol.4, Paris, Seuil (coll. Essais), 1977, pp. 92-119.

ancorado em dinâmicas de longo prazo¹⁵, a França rural conheceu então, nas duas décadas que seguiram à segunda guerra mundial, modificações drásticas com a ascensão de uma agricultura produtivista.

Esse fato transformou os “camponeses” em “agricultores”, empresários que produzem para o mercado¹⁶, aspirando a um modo de vida urbano e se apoiando fortemente sobre um modelo de produção baseado sobre o aumento do tamanho das propriedades – e a diminuição correlativa de seu número –, sua especialização, a mecanização, os recursos a variedades mais produtivas, no entanto mais frágeis, e a produtos químicos sintéticos. A produtividade tornou-se um guia da ação nos mesmos termos que a justiça social – uma dimensão importante nos anos 1950 e 1960.

Na época da criação do Instituto Nacional da Pesquisa Agronômica (INRA), em 1946, a preocupação de Denis Bergman¹⁷ e Michel Augé Laribé se circunscrevia em generalizar para todo o campesinato uma racionalidade econômica dominada pelo mercado, integrando à agricultura o potencial das indústrias químicas, da produção de sementes selecionadas e da mecanização. Essa política, acompanhada pelo prestígio crescente das instituições de pesquisas agronômicas, converge com um conjunto de fatores favoráveis à sua hegemonia, desde a penetração do sistema escolar no mundo rural¹⁸, a influência de um sindicalismo seduzido por um modelo modernista de

¹⁵ Jas Nathalie, *Au Carrefour de la chimie et de l'agriculture: les sciences agronomiques em France et em Allemagne 1840-1914*, Paris, Éditions des Archives Contemporaines (coll.Histoire Sciences, Techniques, Médecine), 2001; Jas Nathalie “Déqualifier le paysan, introniser l'agronome, France 1840-1914”, *Écologie et Politique*, n.31, 2005, pp.45-55.

¹⁶ O termo “paysan” se refere ao pequeno produtor cuja atividade é centrada na produção, no autoconsumo e visa a reprodução do grupo familiar; quanto ao termo “agricultor”, é primordial a sua inserção no mercado de produtos agrícolas realizada com o amplo uso de produtos industriais e da tecnologia inovadora.

¹⁷ Denis Bergman foi assistente de Economia rural do Instituto Nacional de Agronomia; judeu, dadas as circunstâncias da guerra, vinculou-se a uma universidade americana. É o modelo de *American Journal of Farm Economics*, que inspirou seus projetos. A ideia seria a de implantar novos esquemas de pensamento para o mundo rural que fariam com que os camponeses pudessem olhar para suas terras, granjas, e para a pecuária como capital operacional ou de giro, para se tornarem “agricultores”. Portanto, caberia aos economistas facilitarem a adoção de categorias de cálculo para viabilizar a interdependência entre os atores no mercado. Nesse sentido, a criação de uma revista de economia rural, bem como, a potência das instituições de pesquisa e dos cientistas, contribuem para uma revolução técnica, econômica e simbólica do mundo rural na França. Para mais informações sobre Bergman ver: Garcia-Parpet, Marie France, “La construction intellectuelle des marchés agricoles: la Société Française des Economistes Ruraux et la revue *Economie Rurale*, *Les mondes ruraux à l'épreuve des sciences sociales*, Laferté, Gilles, Bessière Céline, Renahy Nicolas, org., Dijon, 17-19 maio de 2006. (Nota da Tradutora).

¹⁸ Bourdieu Pierre, “Célibat et condition paysanne”, *Études rurales*, n.5, avril-septembre 1962, pp. 32-135; Champagne Patrick, *L'Héritage refusé. La crise de la production sociale de la paysannerie française (1950-2000)*, Paris, Seuil (coll.Essais), 2002.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

“profissão”¹⁹, o enquadramento importante das práticas de produção,²⁰ até o desenvolvimento do crédito e a produção de importantes legislações nacionais e europeias, para transformar drasticamente a agricultura dentro de seus modos de produção e de comercialização. Esse movimento desembocou sobre uma primeira concentração de propriedades e um “êxodo” consequente das populações rurais, não podendo se integrar a essa nova agricultura, desejada por numerosos agentes e instituições.²¹

O camponês tornou-se agente de uma verdadeira indústria de transformação que combina matérias primeiras compradas (fertilizantes, alimentos, medicamentos veterinários, produtos fitossanitários, mudas e animais selecionados) usando como suporte um espaço que pretende tornar o mais produtivo possível controlando-o com novas técnicas, tornando-se, portanto, um “agricultor”.

Dentro deste contexto, marcado por uma modernização industrial apresentada como inelutável pela maioria dos agentes do meio agrícola (representantes políticos, representantes sindicais, agrônomos, veterinários, cientistas...), os produtores que estavam “destinados” a sair do mundo agrícola (idosos e/ou trabalhando em pequenas propriedades, com problemas de saúde...), e posteriormente, pessoas não vinculadas ao meio agrícola, mas que queriam se tornar “camponeses” puderam encontrar na dita “agricultura orgânica” uma perspectiva alternativa para assegurar, apesar de tudo, um futuro.

Parte dos produtores manifestou sua insatisfação através de uma simples deserção. Esse foi o caso de um certo número de propriedades muito pequenas ou situadas em áreas pouco adaptadas à mecanização ou em reagrupamento fundiário²², de

¹⁹ Maresca Sylvain, *Les dirigeants paysans*, Paris, Éditions de Minuit (coll. Le sens commun), 1983.

²⁰ Brunier Sylvain, “Conseillers et conseillères agricoles en France (1945-1983): l’amour du progrès aux temps de la “révolution silencieuse”, Thèse d’histoire (sous la dir. De Granet-Abisset Anne-Marie), Grenoble, Université de Grenoble, 2012.

²¹ Pisani Edgar, *Un vieil homme et la terre. Neuf milliards d’êtres à nourrir. La nature et les sociétés rurales à sauvegarder*, Paris, Seuil (coll. L’histoire immédiate), 2004.

²² Os reagrupamentos fundiários tiveram início no período do pós-guerra, no qual usou-se um arsenal jurídico, a fim de garantir o desenvolvimento da competitividade da agricultura francesa. Os reagrupamentos possibilitaram a correção da fragmentação da propriedade da terra em unidades pequenas (que geravam baixa produtividade) e a racionalização e modernização das propriedades rurais. Alguns elementos foram importantes para consolidar os reagrupamentos, tais como, a criação do status da agricultura arrendatária que influencia as relações proprietário-arrendatário em favor do agricultor, a supervisão da área que dá o direito à autorização para a exploração agrícola, o controle da terra com o objetivo de promover o acesso à terra para jovens agricultores. Todos esses sistemas articulados no nível

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

agricultores que perceberem os efeitos negativos sobre a saúde humana, e/ou meio ambiente dos novos produtos químicos introduzidos na criação e no cultivo. Outros aliaram deserção e expressão de descontentamento, a partir da década de 1950, criando associações a favor da agricultura dita orgânica (ou agro orgânica).

As críticas eram dirigidas às questões técnicas, mas também significavam um questionamento do sistema dominante que teve consequências sobre a institucionalização dos mercados. Embora as lutas dos produtores pertencentes aos sindicatos majoritários tenham sido direcionadas contra o mercado, pois esse ameaçava seus rendimentos, uma parte dos produtores protestava contra a economia de mercado concebida como autorreguladora²³, para empregar noção divulgada por Karl Polanyi.

DA CRÍTICA DO PRODUTIVISMO À HOMOLOGAÇÃO DOS PRODUTOS AB²⁴: A EMERGÊNCIA DE UMA ALTERNATIVA AGRÍCOLA EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

A agricultura dita orgânica encontra na França nos anos 1950 e 1960 grandes dificuldades para emergir. Além das oposições à industrialização e das tomadas de posição a favor das propriedades familiares, ela procedeu da apropriação por diferentes agentes que estavam à margem dos seus conceitos de mundo profissional, de modos de apreensão de mundo, de técnicas desenvolvidas por pensadores estrangeiros no período entre guerras²⁵. As trajetórias históricas das dinâmicas da agricultura orgânica a partir

departamental contribuíram para consolidar a propriedade familiar média, considerada a estrutura ideal no processo de modernização. Ver: Duby G., Wallon A. (dir.) (1976), *Histoire de la France Rurale*, Tome 4, *La fin des paysans: de 1914 à nos jours*, Paris, Seuil, 671 pages; Boinon, Jean-Pierre. *Les politiques foncières agricoles en France depuis 1945*. ÉCONOMIE ET STATISTIQUE N° 444–445, 2011. (Nota da tradutora).

²³ Polanyi Karl, *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of our Time*, Boston, Beacon, 2001 [1944].

²⁴ O selo ou menção AB (em francês *Agriculture biologique*), se remete ao termo agricultura orgânica em português. Essa marca é identificada por um logo de propriedade do Ministério da Agricultura e Alimentação. Ele identifica produtos de origem agrícola destinados ao consumo humano ou animal, que cumprem os regulamentos e controles aplicados na França. As condições de uso desta marca são controladas pelo *Agence bio*, um instituto de interesse público, sob a supervisão do Ministério da Agricultura e Alimentação. (Tradução nossa a partir da definição no site: <https://agriculture.gouv.fr/lagriculture-biologique-ab>).

²⁵ Besson Yvan, *“Histoire de l’agriculture biologique: une introduction aux fondateurs, Sir Albert Howard, Rudolf Steiner, le couple Müller et Hans Peter Rusch, Masanobu Fukuoka”*, Thèse en études environnementales (sous la dir. de Bourg Dominique), Troyes, Université Technologique de Troyes, 2007.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

dos anos 1950 até meados dos anos 1980-90 demonstram características da sociogênese de um espaço socioprofissional desejoso de exprimir sua oposição às orientações agroindustriais e da aparição desta nova categoria de bens oriundos da produção agrícola que foram os produtos da “agricultura orgânica”.

MÉDICOS, ENGENHEIROS, CIENTISTAS, CAMPONESES À CONTRACORRENTE DO “PROGRESSO”

Na França, os pioneiros da agricultura orgânica que teriam desenvolvido frequentemente uma atividade militante nos anos 1930, mas sobretudo em reação à modernização agrícola dos anos 1940, se reuniram em diferentes associações após a Segunda Guerra Mundial. Influenciados pela leitura de certos escritos fundadores produzidos antes da Segunda Guerra Mundial no exterior, cuja principal fonte continua sendo a abordagem de E. Pfeiffer²⁶, os médicos, pesquisadores e camponeses, frequentemente à margem ou em ruptura com os modelos dominantes de suas profissões, e indivíduos que tinham frequentemente um alto capital cultural (engenheiros, arquitetos...), defendiam a salvaguarda do solo e uma “alimentação natural”.

No coração desta rede se encontrava a Associação Francesa por uma Alimentação Normal (AFRAN, fundada em 1952) conduzida por Jacques Willian Bas, médico homeopata e que reagrupou no início médicos higienistas observando uma conexão entre “a degenerescência orgânica da população” e a qualidade “normal” da alimentação²⁷, entre outros termos, estabelecendo uma conexão entre a saúde dos solos, das plantas, dos animais e dos homens. Nutrido de uma filosofia bastante tradicionalista, até mesmo reacionária, esse pequeno grupo criticava fortemente a agricultura intensiva e a indústria agroalimentar nascente.²⁸ Dentro da esteira da AFRAN o engenheiro

²⁶ Pessis Céline, “En croisade pour l’humus. Alertes savantes et mouvements paysans face à la dégradation des sols sous la IV République”, Colloque *Une autre histoire des modernisations agricoles au XX siècle*, 15 et 16 septembre 2017, Agro Paris Tech, Paris.

²⁷ Viel Jeanne-Marie, *L’agriculture biologique en France*, Thèse de sciences économiques (sous la dir. de Mazoyer Marcel), IEDES, 1976.

²⁸ César Chistine, “Les Métamorphoses des idéologues de l’agriculture biologique: la voix de La vie Claire (1946-1981),” in Cornu Pierre, Mayaud Jean-Luc (dir.), *Au nom de la terre. Agrarisme et agrariens en France et en Europe du 19 Siècle à nos jours*, Paris, La Boutique de l’Histoire (coll. Mondes ruraux contemporains), 2007, pp.335-347.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

agrônomo antropósofo, antigo diretor dos serviços agrícolas da região de Charentes, André Louis (1901-1970), o arquiteto vinicultor e arboricultor originário de Narbonne, cidade do sul da França, Matteu Tavera (1905-1970) e André Birre (1904-1991), engenheiro, que haviam anteriormente se ocupado da propaganda da AFRAN, estavam entre os precursores dos futuros grupos de agricultores orgânicos, dentre os quais o da região Oeste (GABO).

Face à pequena adesão social e ideológica de suas posições, os representantes do movimento da agricultura orgânica nascente foram em direção à agricultura tradicional e aos biodinamistas antropósofos, os únicos implicados dentro de uma abordagem que ainda não era nomeada de forma generalizada “agricultura orgânica”.

Além dessas conexões entre os membros da AFRAN com os camponeses e os biodinamistas antropósofos, as ligações foram também tecidas com as redes políticas pujadistas²⁹ e comerciais de Raoul Lemaire³⁰. Entre as outras dinâmicas emergentes em torno dos anos do pós-guerra, e próximas dessas posturas reacionárias³¹, a rede *La vie Claire* ocupa um espaço relativamente importante com sua revista e suas lojas comercializando “produtos saudáveis”, e outras “dietas” certificados por sua rede.

A partir dos anos 1960, com o impulso frequente dos fundadores das primeiras associações dos anos 1950, os produtores unidos aos consumidores se reuniram em organizações que denunciavam práticas agroquímicas e industriais que eles propunham substituir implementando práticas alternativas³². Dois movimentos rapidamente assumiram importância. Muito diferentes em suas orientações, eles revelam clivagens existentes entre as visões e as práticas dos agentes que desenvolveram inicialmente a agricultura orgânica. Assim, a empresa Lemaire-Boucher criada em 1963, tinha uma

²⁹ O “pujadismo” foi um movimento que ocorreu no período do pós-guerra na França, a favor dos comerciantes e artesãos franceses que estavam ameaçados pelo surgimento dos supermercados. O Sindicato liderado foi liderado por Pierre Poujade juntamente com o grupo União e Fraternidade Francesa. O objetivo do movimento era a abolição dos controles fiscais e a defesa dos pequenos comerciantes. O movimento obteve, em dois anos e em toda a França, mais de 2 milhões de votos e 52 deputados (12%) nas eleições de 1956. Posteriormente, o pujadismo se torna um termo depreciativo e dirige-se para o movimento político corporativista, reacionário, de classe média ou alta com características conservadoras (Nota da tradutora).

³⁰ Pessis Céline, “En croisade pour l’humus...*op.cit.*”

³¹ César Chistine, “Les Métamorphoses des idéologues ... *op.cit.*”

³² Woss Nicolas, “Um monde agricole insoumis: agriculture biologique et agrarisme à travers la revue *Nature et progrès* (1964-1974)”, in Cornu Pierre et Mayaud Jean-Luc (dir.), *Au nom de la terre. Agrarisme et agrariens en France et en Europe du 19 siècle à nos jours*. Paris, La Boutique de l’Histoire, 2007, pp.349-360.

abordagem comercial assumida, contra a qual se opõe particularmente a associação Natureza e Progresso (N&P), criada em 1964.

O método “Lemaire-Boucher” dominou a agricultura orgânica francesa até meados dos anos 1970. Biólogo e geneticista, Raoul Lemaire, seguindo experimentações pioneiras como selecionador de trigo com fertilizantes para melhorar o rendimento da panificação do trigo francês fundou em Paris, em 1930, uma sociedade de venda de trigo, e abriu em 1931 a primeira padaria fabricando o “pão natural Lemaire”. Adepto do governo Vichy durante a guerra, ele se uniu aos pujadistas em 1955³³. Em 1959, ele figurou entre os fundadores do GABO. Seu encontro com um industrial o conduziu a desenvolver no mesmo ano seu próprio método agrícola. Em 1963, com o biólogo e engenheiro hortícola Jean Boucher, ele criou o método “Lemaire-Boucher”.³⁴ A sociedade Lemaire (SVB Lemaire) se desenvolveu como empresa comercial vendendo seus fertilizantes e sementes de trigo tendo (supostamente) altos rendimentos qualitativos e, em última análise, comercializando a produção dos produtores.

Em resposta à abordagem comercial Lemaire-Boucher, que conseguiu reunir por trás de sua marca numerosos produtores, e com a influência que esses dois associados tinham alcançado no seio do GABO, este se tornou em 1962 “Associação Francesa de Agricultura Orgânica” (AFAB). Birre, Tavera e Louis iniciaram uma nova tendência na agricultura orgânica francesa que se formou através da associação *Natureza & Progresso*, criada em 1964.

Com o novo movimento, se estabelecia uma abordagem variada dos procedimentos técnicos da agricultura orgânica, que tiveram também mais conexão com as aspirações sociais e políticas de certos grupos do final dos anos 1960 e dos anos 1970. Defendendo os pequenos produtores, a associação era “muito sensível aos movimentos anticapitalistas e anticentralizadores dos anos 1970”³⁵. Tendo acolhido em

³³ César Chistine, “Les Métamorphoses des idéologues ... *op.cit*”

³⁴ Dufay Germain, Fond Raul Lemaire, Répertoire Numérique de la sous-série 42 J, Angers, Archives municipales, 2008, 41 p.; Consultable http://www.angers.fr/uploads/mediaFRAC049007_42j.pdf

³⁵ Harrouch Arlete “L’histoire de la bio en France, par une actrice engagée à Nature et Progrès”, *Nature & Progrès, la revue de la bio*, n. 44, 2003;

suas fileiras entre 1968 e 1974 um bom número de neorrurais, a associação multiplicou por dez o seu número de aderentes e chegou ao número de 5.000.³⁶

A jovem associação reagrupou um conjunto de agentes (produtores, comerciantes transformadores, distribuidores...) que organizaram o espaço socioprofissional da agricultura orgânica então em plena gestação, se diferenciando progressivamente. Como as associações criadas anteriormente, *Natureza & Progresso* fundou uma revista para divulgar suas informações técnicas e práticas, mas também a sua visão de mundo. Sem desfazer-se destas últimas completamente³⁷, se distinguiu das referências conservadoras de seus predecessores (religião cristã, agrarismo e tradicionalismo familiar, ideologias de direita, etc.) e por uma abordagem mais racional reivindicando mais amiúde o método científico.

Na continuidade da N&P, como do *Syndicat des Paysans Travailleurs*³⁸ (antecessor da atual Confederação Camponesa), a contestação ao modelo agroindustrial se conjugou com a configuração das organizações à montante e à jusante da produção, especialmente com a criação das cooperativas de produtores, e posteriormente de consumidores. Essas não tinham somente a preocupação de agir sobre o preço, como as cooperativas clássicas, mas de oferecer bens que se distinguiam por sua qualidade, entendidos como processos de produção, ou seja, isentos de produtos químicos e, sobretudo, resultantes de uma pequena agricultura atenta à perenidade da qualidade do solo.

Contestando as lógicas produtivistas e de mercado, que tinham aparecido nas práticas da agricultura orgânica (Lemaire-Boucher, *La Vie Claire...*), elas defendiam especificações técnicas que integravam dimensões sociais (autonomia camponesa, defesa do campo “em escala humana”...) e relacionadas à ecologia política: apoio ao circuito curto, defesa das sementes camponesas, luta contra a criação intensiva, etc. Seu modo de produção era indissociavelmente ligado a um modo de vida caracterizado pela busca de uma autonomia, de uma ecologia prática (sobriedade, reciclagem...), pelas

³⁶ Woss Nicolas, “Un monde agricole insoumis: agriculture biologique et agrarisme à travers la revue Nature & Progrès (1964-1974)”, in Cornu Pierre et Mayaud Jean Luc (dir.), *Au nom de la terre...*, op.cit.

³⁷ Woss Nicolas, *Ibid.*; Alexis Vrignon, *Les mouvements écologistes en France (de la fin des années 1960 au milieu des années 1980)*. Thèse d’histoire (sous la dir. de Joly Bertrand), Université de Nantes, 2014.

³⁸ Sindicato de camponeses trabalhadores.

produções frequentemente transformadas em venda local (cooperativa local, mercado, feira, sítio, etc.).

A criação de agrupamentos de compra de produtos orgânicos no início dos anos 1970 participou dessa dinâmica social nova. Por iniciativa de consumidores próximos ou integrantes da N&P, preocupados em se abastecer de produtos de outros lugares além das lojas *La Vie Claire*, lojas de produtos dietéticas (com preços de vendas onerosos) ou ainda dentro de lojas exóticas, foram organizados os primeiros agrupamentos de compras. Em alguns anos, eles se transformam em cooperativas orgânicas de consumo reunidos dentro de uma estrutura federativa, nomeada “Biocoop”.

Até então, a qualidade dos produtos orgânicos era garantida pela confiança estabelecida dentro dos circuitos curtos, através da marca Lemaire-Boucher ou DEMETER (marca criada pelo movimento biodinâmico nos anos 30), portanto a N&P estava na origem da primeira edição de uma especificação técnica. Em 1978, a associação sustentou a criação da Associação dos Conselheiros Independentes da Agricultura Orgânica (ACAB), impulsionando a vontade “de dar mais credibilidade ao controle do orgânico criando controladores independentes dos organismos gestores da marca”³⁹.

Para além das ações federativas conduzidas na França, ela se aplicou fortemente na criação da Federação Nacional da Agricultura Orgânica (IFOAM) em 1972. Apesar da evolução significativa da N&P, a manifestação dos produtores e consumidores refratários à agricultura produtivista e aos seus produtos ficou ainda discreta e difusa (avaliada entre 3.000 e 5.000 produtores, e 0,5% do consumo das famílias)⁴⁰.

Nós podemos falar de um movimento “marginal” em termos quantitativos dos adeptos e “marginal” pelos valores defendidos e os meios empregados. Tratava-se de uma crítica contra o sistema produtivista, crítica que abrangia até mesmo o sistema capitalista. As formas que o movimento tinha adotado, suas práticas culturais, que eram frequentemente percebidas como marcadamente esotéricas, suas afiliações políticas para além de uma direita conservadora, algumas conduzidas na extrema direita do campo político, posteriormente se encaminharam para a esquerda. Sua tendência a sacralizar a

³⁹ Harrouch Arlete “L’histoire de la bio...”, *op.*

⁴⁰ Cadiou Pierre *et al.*, *La agriculture biologique en France. Écologie ou mythologie*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1978.

natureza e a se apresentar como salvadora do mundo à deriva era pouco cativante para uma sociedade onde a racionalidade econômica tinha se tornado a palavra-chave. Do lado dos consumidores, os produtos resultantes da agricultura orgânica só foram percebidos com potencial de preservar a saúde, o meio ambiente e certas formas econômicas e sociais de produção e de consumo por uma minoria.

A marca da N&P no seio desse espaço em gestação desde a metade dos anos 1960 foi determinante até o ponto de “virada” iniciado pela institucionalização regulatória e de mercado. Ela impulsionou a dinâmica federativa que permitiu aos agricultores orgânicos que se engajassem pela via de um reconhecimento através do poder público. Seu posicionamento em torno de um conjunto de princípios fundamentais da agricultura orgânica (equilíbrio entre força de contestação e força de proposição, exigências técnicas renovadas, importância do húmus...) permitiu a essa associação alcançar a união dos movimentos em torno de propriedades sociais e sistêmicas federativas⁴¹.

Aspirando a mais reconhecimento e à conquista dos mercados, os agentes da agricultura orgânica, especialmente os situados à jusante da produção, iniciaram um pedido de apoio junto aos poderes públicos que se inscreviam numa abordagem dupla, de desenvolvimento e de busca de reconhecimento institucional. A estratégia de certos agentes influentes da agricultura orgânica (engenheiros da ACAB em busca de profissionalização e o presidente da N&P) foi a de sair da marginalidade de um mundo agrícola convencional amplamente dominante dentro do qual eles estavam confinados.

PÁLIDO RECONHECIMENTO DO ESTADO E DA EUROPA PARA PRODUTOS DA AGRICULTURA ORGÂNICA

Buscando obter um reconhecimento oficial da agricultura orgânica pelo Estado, as diferentes correntes, para além de suas divergências, se aliaram temporariamente e assinaram em junho de 1980 a “*Carta de Blois*”⁴². Paralelamente, graças a um contato

⁴¹ Leroux Benoît, *Les agriculteurs biologiques et l'alternative. Contribution à l'anthropologie politique d'un monde paysan en devenir*, Thèse de sociologie (sous la dir. de Champagne Patrick), Paris, EHESS, 2011.

⁴² Pirou Solene, *L' institutionnalisation de l'agriculture biologique*, Thèse d'économie (sous la dir. de Mouchet Christian), Rennes, ENSAR, 2002.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

no Centro de Democratas Sociais, em 1977, um projeto de lei proveniente de um partido centrista relativo ao reconhecimento da agricultura orgânica foi proposto no parlamento⁴³. A Lei de Orientação Agrícola votada em julho de 1980 reconhece oficialmente, sem designar como “orgânica”, a existência de “uma agricultura que não usa produtos químicos sintéticos”. A partir de 1988, a criação do selo de qualidade da agricultura orgânica e do logo “AB” (propriedade do Estado), com a aprovação de três primeiros organismos de controle, levou à proteção do qualificativo “orgânico”. Em 1991, a comunidade econômica europeia atribuiu uma estrutura regulamentar (CEE 2092/91) às práticas da agricultura orgânica e ao selo do produto.

Na década de 1990, a Federação Nacional dos Agricultores Orgânicos das regiões da França (FNAB) tornou-se o primeiro interlocutor dos poderes públicos. De 1993 a 1995 ela seguiu o rastro da N&P numa luta pela defesa dos princípios fundamentais da agricultura orgânica, especialmente a fim de proteger as especificações da produção animal francesa em relação àquela aplicada dentro da comunidade europeia, menos exigente (que se impõe, contudo em 2009 e 2010).

Contudo, na França, a agricultura orgânica perdurou marginal e marginalizada. A integração à política de qualidade do Ministério da Agricultura “dentro de um quadro bem limitado, evitou qualquer questionamento real do modelo agrícola dominante”⁴⁴. O Estado se contentou em acompanhar a agricultura orgânica a partir da abordagem regulamentar (proteção do nome e do selo) sem apoiar explicitamente essa forma de agricultura, incitando-a a se aproximar das normas dominantes de produção agrícola⁴⁵. Assim, exceto pelo apoio pontual de certos departamentos e regiões, os agricultores orgânicos não foram sustentados pelo poder político.

⁴³ Pírou Solene, *L' institutionnalisation...*, *op.cit.*

⁴⁴ Pírou Solene, *L' institutionnalisation...*, *op.cit.*

⁴⁵ Pírou Solene, *L' institutionnalisation...*, *op.cit.*; Leroux Benoît, *Les agriculteurs...*, *op.cit.*

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA: UM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM DETRIMENTO DAS SUAS EXIGÊNCIAS ORIGINAIS?

A partir de 1990 a demanda por produtos resultantes da agricultura orgânica conheceu um aumento regular. O caso dos “bezerros criados com hormônios” (1980) e sobretudo aquele da ESB (Encefalite espongiforme bovina, 1986), dito da ‘vaca louca’, provocaram uma crise que se traduziu por uma desconfiança importante em torno da agricultura convencional intensiva e uma certa desqualificação do produtivismo agrícola.

A abordagem defendida pela agricultura orgânica ganhou maior repercussão, o que se traduziu especialmente por um aumento sensível da demanda motivada pela questão da segurança sanitária dos alimentos⁴⁶, pois a agricultura orgânica acabou sendo considerada capaz de fornecer produtos que não apresentavam perigo à saúde. Para além das preocupações com a saúde, às quais podemos adicionar as preocupações ambientais ou mesmo éticas, o consumo de produtos alimentares orgânicos a partir do início dos anos 1990 não era mais restrito a indivíduos que recorreriam sistematicamente aos produtos orgânicos, e\ou que tinham necessariamente opiniões especiais em matéria de saúde ou da ética ambiental⁴⁷.

Para alimentar essa demanda crescente em produtos resultantes da agricultura orgânica⁴⁸, os modos de produção como de comercialização de uma parte da agricultura orgânica se fundiram dentro do sistema agroindustrial dominante, com uma intensificação e uma internacionalização da produção e do aprovisionamento, e a apropriação de seus produtos pelas grandes empresas do setor. A grande distribuição

⁴⁶ Sylvander Bertil, Porin François, Mainsant Pascal, “Les facteurs de succès des filières de qualité spécifique dans l’agro-alimentaire, VPC hors-série”, VII *Journées des Sciences du Muscle et de la Technologie de la Viande*, Rodez, 1-2 octobre 1998.

⁴⁷ Lamine Claire, *Les Intermittents du bio. Pour une sociologie pragmatique des choix alimentaires émergents*, Paris et Versailles, Éditions de la MSH et Éditions Quae (coll.Natures sociales), 2008.

⁴⁸ Dentro desse conjunto, os indicadores de consumo apresentam estatísticas crescentes. A Agência Orgânica estima ainda que entre 2014 e 2015, “as compras de produtos orgânicos para o consumo alimentar dos domicílios e dos restaurantes coletivos progrediram em 15%” Fonte: <http://www.agencebio.org/le-marche-de-la-bio-en-France>.

integrou os produtos certificados AB nas prateleiras⁴⁹. O consumo de produtos orgânicos conheceu ainda um crescimento espetacular entre as grandes empresas agroalimentares atraídas pelo lucro assegurado, as multinacionais investiram por sua vez, no mercado de certificação de produtos orgânicos⁵⁰.

Esses eventos acompanharam uma mudança no conselho de administração da FNAB em 1995. Estimulados por medidas agroambientais a nível europeu (1992), uma política pública do desenvolvimento da agricultura orgânica foi estabelecida em 1998 com o Plano plurianual de desenvolvimento da agricultura orgânica (PPDAB). Embora muito importante para a agricultura orgânica francesa, esse último rendeu sobretudo benefícios simbólicos. Ele trouxe o início da legitimação dos produtores da agricultura orgânica, especialmente no seio dos serviços do Estado, para as regiões e departamentos. Para facilitar essa relação, a Agência Orgânica foi criada em 2001.

Apesar da presença da FNAB e do SYNABIO (*Syndicat National des Entreprises Agroalimentaire Bio*⁵¹), os defensores principais da agricultura orgânica estavam minoritariamente representados dentro dessa instância, buscando, portanto, “se inscrever dentro da dinâmica de desenvolvimento, de promoção e de estruturação da agricultura orgânica”⁵². O principal Plano de sustentação da agricultura orgânica (PPDAB) apareceu ao mesmo tempo em que a nova Lei de Orientação Agrícola (LOA), permitindo especialmente que muitos agricultores orgânicos se beneficiassem entre 1999 e 2003 do Contrato Territorial de Propriedade (CTE)⁵³.

Apesar desses auxílios, o desenvolvimento da agricultura orgânica foi em seguida fortemente contido, a tal ponto que ele se estagnou entre 2003 e 2007. Desde 2007 com “Plano Barnier⁵⁴”, seguido das promessas do “Grenelle de

⁴⁹ Sylvander Bertyl, “Les tendances de la consommation de produits biologiques en France et en Europe: conséquences sur les perspectives d’évolution du secteur”, in Allaire Gilles et al., *L’agriculture biologique face à son développement. Les enjeux futurs*, Paris, INRA, 2000, pp.193-212.

⁵⁰ Baqué Philippe, “Florissante industrie l’agriculture biologique”, *Le monde diplomatique*, février 2011, pp.20-21; Garcia-Parpet Marie France, “Le marché de la certification des produits biologiques”, in Bonnaud Laure et Joly Nathalie, *L’alimentation sous contrôle*, Dijon, Éditions Quae (coll.Sciences em partage), 2012, pp.109-124.

⁵¹ Sindicato nacional de empresas de alimentos orgânicos.

⁵² Pirou Solene, *L’institutionnalisation...*, op.cit.

⁵³ O CTE tem como alvo o planejamento do território valorizando o meio ambiente ecológico e uma certa produção agrícola tradicional. Os auxílios concedidos eram mais importantes que os concedidos pelas medidas agroambientais.

⁵⁴ Michel Barnier, Ministro da Agricultura e da Pesca em 2009, lançou um plano de ação e de desenvolvimento para os circuitos curtos na França. “O objetivo era elaborar um inventário e formular

*L'environnement*⁵⁵, o conjunto de dimensões da agricultura orgânica recebeu maior apoio econômico.⁵⁶

A partir de 2003, o relatório parlamentar redigido por Martial Saddier⁵⁷ sobre a situação da agricultura orgânica impulsionou uma dinâmica de conciliação com as normas dominantes da produção agrícola. Esse relatório estimava ainda que a agricultura orgânica reconhecida como ecologicamente responsável deveria se tornar economicamente forte e então se aproximar da padronização da agricultura convencional.⁵⁸

Ao longo dos anos 1999 a 2000, assistiu-se a um processo de institucionalização da agricultura orgânica, entendida como uma dinâmica que conduziu o meio da agricultura orgânica a reconhecer suas especificidades profissionais, junto ao Estado e sua administração. Esse processo teve efeitos notáveis sobre os agentes do campo profissional da agricultura orgânica, doravante mais inclinados a se conformar com as novas restrições que lhes foram impostas, como as diferentes possibilidades que lhes foram ofertadas.

De fato, a legitimidade e o reconhecimento da instituição Estatal produziram mudanças profundas nesse meio, que se fizeram sentir uma vez que o reconhecimento público fora finalizado, momento em que os interesses e os agentes econômicos entraram em cena, para dar continuidade a essa institucionalização no que concerne ao mercado. Essa redefinição das regras sobre agricultura orgânica teve fortes consequências em relação ao conjunto de propriedades sociais de seu meio, seja no

propostas para desenvolver métodos de comercialização de produtos agrícolas. Este plano visava facilitar um melhor conhecimento e organização de circuitos curtos entre produtores e consumidores, treinamento para agricultores que desejam comercializar sua produção diretamente e assistência àqueles que se instalam em circuitos curtos". (Tradução nossa das informações do site). Ver em: http://www.lafranceagricole.fr/r/Publie/FA/p1/Infographies/Dossier/2009-08-11/15372_1.pdf.

⁵⁵ O Grenelle de l'environnement foi um debate aberto e multipartidário na França, que reuniu representantes do governo e organizações nacionais e locais (indústria, trabalho, associações profissionais, organizações não-governamentais). O objetivo da "Mesa Redonda do Meio Ambiente de Grenelle", incitada pelo ex-presidente da França, Nicolas Sarkozy, em 2007, era o de definir os pontos-chaves da política pública de desenvolvimento ecológico e sustentável pelo período dos cinco anos seguintes. Para mais detalhes, ver: <https://www.connaissancedesenergies.org/fiche-pedagogique/grenelle-environnement-9> (Nota da tradutora).

⁵⁶ Cf. "o plano de desenvolvimento da agricultura e alimentação orgânica: horizonte 2012" e outros dispositivos de auxílio: http://www.agencebio.org/upload/7_PlanDeveloppementBio.pdf

⁵⁷ Técnico agrícola, ocupou uma posição na Câmara de Agricultura de Annecy, foi eleito deputado em 16 de junho de 2002 pela 12ª legislatura (2002-2007). (Nota da tradutora).

⁵⁸ Sadier Martial, *L'agriculture biologique en France: Vers la reconquête d'une première place européenne*, Paris, Rapport au Premier Ministre Jean-Pierre Raffarin, 2003.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

modo de recrutamento de novos participantes, dos interesses contemplados, seja nas práticas empregadas, ou nos sistemas de comercialização⁵⁹.

No que tange à dimensão econômica, os potenciais de desenvolvimento que assumiu a agricultura orgânica suscitaram um afluxo importante de novos adeptos, especialmente graças às reconversões, provocando assim uma renovação do efetivo de produtores. Entre esses novos perfis de produtores, se uma ampla maioria se inscreve no interstício entre a orientação mais ortodoxa e aquela mais empreendedora da agricultura orgânica, alguns correspondem ao tipo de figura do “agricultor empreendedor”, que valorizam as dimensões técnicas, produtivas e sobretudo econômicas, em detrimento de uma abordagem “parcimoniosa, social e solidária”, própria da ortodoxia da agricultura orgânica.

Desde a gênese de sua reconversão, suscitada por um atrativo combinado de auxílios (interessantes economicamente e materialmente dentro do quadro dos CTE-1999-2003) ou de uma redução da exigência de algumas especificações, até a sua escolha de cultivo, (grandes culturas especializadas, investimento na estocagem de cereais para vender a sua produção da forma mais favorável, etc.), essa abordagem conduziu seus novos adeptos a considerar a agricultura orgânica como uma oportunidade, mais do que uma vocação. Situações similares podem ser identificadas com a chegada de novos conselheiros trazendo acompanhamentos técnicos, científicos e profissionais⁶⁰, estimulados por programas geralmente subvencionados pelos fundos públicos.

Continuando com o mercado, pode-se estimar que todos esses investimentos foram motivados pela busca de interesse econômico. Cada agente buscou, e encontrou um interesse, que não era forçosamente aquele da “doxa da agricultura orgânica” até aquele momento. Alguns produtores se converteram à agricultura orgânica por razões unicamente econômicas e não por seu modo de vida, ou por razões de saúde, ambientais ou por partilharem uma visão de mundo mais geral. Também, o pesquisador, o conselheiro agrícola, ou o empreendedor econômico se interessaram pela agricultura

⁵⁹ Leroux Benoît, *Les agriculteurs...*, *op. cit.*; Leroux Benoît, “Une perspective sociohistorique des agriculteurs biologiques en France”, in Cardona Aurélie, Chrétien Fanny, Leroux Benoît, Ripoll Fabrice, Thivet Delphine, *Dynamiques des agricultores biologiques. Effets de contexte et appropriations*, Paris-Dijon, Sciences en partage et Quae, Educagri (coll. Sciences en partage), 2014, pp.21-43.

⁶⁰ Pirou Solene, *L' institutionnalisation...*, *op.cit.*

orgânica à medida que essa problemática adquiriu importância em seus respectivos universos. Ao fazerem isso, todos os investimentos, legítimos de seus pontos de vista, contribuíram também para redefinir a hierarquização das questões e dos princípios no seio do campo da agricultura orgânica⁶¹.

Além disso, o que pode ser considerado como o primeiro valor desse espaço estruturado de posições, o capital específico da agricultura orgânica é alvo de disputa pelo reconhecimento a que dá lugar. O que, até o final dos anos 1970, era visto, dentro do universo agrícola e da sociedade em geral, na melhor das hipóteses, como uma originalidade sem grande interesse, adquiriu um valor que estimulou a adesão de um número crescente de interesses diversos.

Esse capital atualmente buscado é tanto o acúmulo de ideias que se afirmam como pertinentes, como uma definição ética de “práticas que respeitam a natureza”, que se materializam por uma marca, um selo, práticas e produtos regulamentados por especificações. Ao mesmo tempo está sujeito às pressões, às atrações e interesses de um conjunto de agentes a controlá-lo, a distribuí-lo ou transformá-lo segundo interesses almejados, absorvidos por vezes por um grande número de expressões mais atenuadas de uma outra ética, repletas de uma busca pelo “natural”, de referências ao *Terroir*⁶² e à patrimonialização⁶³.

As cadeias de distribuição ficaram repletas de produtos orgânicos. Todos os grandes distribuidores, os mais populares (*Leader Price, Franprix...*), os de mais alta qualidade (*Monoprix*) têm um departamento de produtos orgânicos⁶⁴. As cadeias de lojas especializadas em produtos orgânicos se desenvolveram (*Bio c'est bon, Bio génération, les Nouveaux Robinsons, Naturalia*, etc). Bioocop, a cooperativa histórica

⁶¹ Leroux Benoît, *Les agriculteurs...*, *op. cit.*; Leroux Benoît, “Devenir agriculteur biologique. Approche des processus de (re) conversions professionnelles”, *Regards sociologiques*, n. 45-46, janvier 2013, pp. 233-246.

⁶² *Terroir* é uma extensão de terras cultiváveis ou terras ligadas a uma comunidade rural e aptas para determinada agricultura; ou terras de uma dada propriedade rural cujas características podem ser especiais e adequadas para usos bem particulares (como explorações vinícolas); o termo produtos do *terroir* é usado para expressar produtos de uma área rural específica, delimitada, que implica em raridade; por fim, o *terroir* passa a ser na França a expressão de um espaço cultural e identitário de um determinado conjunto de terras de propriedade rural definida através de relações familiares, tradições comuns e vínculos solidários. (Nota da tradutora).

⁶³ Boltanski Luc, Esquerre Arnaud, “Investissements, légitimes de leur point de vue”, *Enrichissement*, Paris, Gallimard, 2017.

⁶⁴ Le Floc’h-Wadel Aude, Sylvander Bertil, *Le marché des produits biologiques en France en 1999: évolutions, structures, enjeux*, INRA Département ESR, Le Mans, UREQUA, 2000.

do desenvolvimento da agricultura orgânica, ampliou consideravelmente seu alcance, inclusive no perímetro parisiense, negando, em parte, seus princípios cooperativos, a fim de facilitar e aumentar o número de lojas⁶⁵.

Se as importações caíram muito nos últimos anos⁶⁶, uma parte dos produtos orgânicos na França continua sendo importada, vindo às vezes de regiões muito distantes, onde as condições de trabalho e de rotulação estão longe de estarem no nível dos padrões exigidos⁶⁷. Certamente os produtos devem estar isentos de produtos químicos, no entanto essa é uma forma de aprovisionamento que não atesta crítica por parte dos consumidores em relação às grandes empresas agroalimentares. O mesmo ocorre no que diz respeito às suas condições salariais. Os últimos delegam ao poder político ou às empresas de distribuição, ou ainda às organizações de produtores, a responsabilidade de avaliar a qualidade dos produtos inscrevendo selos de qualidade⁶⁸.

Contudo, o aumento significativo de produtos orgânicos, dentro dos centros de grandes distribuições, equivalente hoje a um pouco menos de 50% do total das vendas dos produtos rotulados AB⁶⁹, não implicou no fracasso das formas de trocas que privilegiam os circuitos curtos, as redes e as relações personalizadas, os comportamentos econômicos intrinsecamente ligados aos aspectos políticos e éticos, reivindicando ou não uma agricultura orgânica; esses circuitos tentam insurgir-se contra os sistemas de mercado em que se produzem e vendem produtos convencionais e orgânicos dominados pelos complexos agroindustriais desterritorializados.

⁶⁵ Rimsky-Korsakoff, Jean Pierre, *Au-delà du bio: la consom'action*, Barret-sur-Méouge, Yves Michel (coll. Societé civile), 2013.

⁶⁶ Em 2014, como em 2015, menos de um quarto dos produtos orgânicos consumidos na França foram resultantes de importação. Cf. <http://www.agencebio.org/le-marche-de-la-bio-en-france>

⁶⁷ Baqué Philippe (dir.), *La bio: entre business & projet de société*, Marseille, Agone (coll. Contre-feux), 2012.

⁶⁸ Assiste-se, como mencionam Boltanski e Chiapello, a uma implementação da criação de mercadorias a partir de diferenças e oferta de novos bens, cujo valor reside precisamente em preencher uma lacuna original da esfera de mercado; cf. Boltanski Luc, Chiapello Ève, *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard (coll. Tel), 1999;

⁶⁹ <http://www.biocoop.fr/La-bio/Typologie-et-mache-du-bio-en-France>

REAÇÕES E REPOSICIONAMENTOS ÉTICOS: O CASO DA BIO COHÉRENCE⁷⁰ E DAS AMAPs

O crescimento econômico rápido dos últimos 15 anos andou de mãos dadas com a multiplicação das lojas “orgânicas” em tamanho e número. Embora parcialmente questionado por uma forma de desenvolvimento econômico “bem-sucedido” neste mercado altamente competitivo, o espírito cooperativo e a abordagem social e ecológica iniciada pelo movimento N&P, Biocoop e numerosos agrupamentos da agricultura orgânica locais e nacionais (rede FNAB), de alguma forma continuaram a assegurar uma agricultura orgânica, de acordo com os princípios de produção vigentes em condições de produção que respeitam certas normas.

“COERÊNCIA ORGÂNICA” FACE AO ORGÂNICO: UMA TENTATIVA DE REAPROPRIAÇÃO NORMATIVA

A associação Coerência Orgânica nasce, portanto, em reação contra o fato da atenuação da regulamentação das especificações (2009 e 2010) redigida em parte com apoio dos representantes profissionais da agricultura orgânica⁷¹. As organizações mais ativas desse movimento (especialmente a *FNAB*, *Biocoop*, *Bio consum'acteurs*) trabalharam, portanto, para configurar uma nova marca que leva em conta um conjunto de questões transversais da agricultura orgânica. Essa por sua vez, retoma a base comum das especificações europeias e adiciona a estas um conjunto de regras suplementares, “dentro de uma abordagem de valores e melhoramento contínuo” - por exemplo a ausência de traços de transgênicos, a volta de princípios de criação mais

⁷⁰ Coerência Orgânica. (Tradução Nossa)

⁷¹ Embora ela tenha se posicionado pela defesa das “aquisições históricas” da agricultura orgânica, a IFOAM, como organização representativa, participando da elaboração das novas especificações europeias de 2009 e 2010, finalmente aceitou, após negociações, um acordo onde são autorizadas importantes atenuações frente às antigas regras. Hervé Laprairie, um dos negociadores, e também membro da FNAB e da IFOAM, explica que “o trabalho de regulamentação que obtivemos após negociações terminou por fazer que o movimento da agricultura orgânica aceitasse um nivelamento por baixo... [...] e agora cada vez que queremos mudar uma vírgula, demora dois anos”. Intervenção da jornada de Estudos, “A agricultura orgânica promove o desenvolvimento ecológico”, Universidade Tecnológica de Troyes (UTT), 23 de junho de 2005.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

exigentes, a exigência de que os produtos rotulados “Agricultura orgânica” sejam provenientes de explorações agrícolas 100% da agricultura orgânica....⁷²

Criando esse selo “Coerência Orgânica” onde produtores e produtos são controlados por um organismo certificador creditado, seus membros acrescentam um novo patamar aos signos de qualidade, mas testemunham também de uma reatividade contra a despossessão induzida pelos processos de institucionalização de mercado. A carta⁷³ proposta pela associação “Coerência Orgânica” testemunha (inclusive por seu nome) um posicionamento mais preciso e mais engajado contra uma tendência a modificar, por convenções, as regras estabelecidas e uma competição econômica adotadas por agentes econômicos que investiram em produtos rotulados “AB”. Ela indica claramente um reposicionamento que visa promover a dimensão da contestação a novas tendências. A imagem da integridade e ética associadas aos componentes “agricultura/selo/produtos orgânicos”, resultado de uma dinâmica de autonomização frente aos padrões econômicos convencionais está no centro das questões de criação desse selo, em torno da qual os defensores de uma agricultura orgânica exigente tentam conservar esse capital específico doravante tão desejado pelos atores econômicos⁷⁴.

Se os raros agrupamentos profissionais da agricultura orgânica, como a associação N&P ou os biodinamistas, sempre conservaram suas próprias normas mais exigentes, abrindo caminho para iniciativas posteriores como aquela conduzida pela Coerência Orgânica, outras iniciativas também foram criadas fora das organizações profissionais, tais como as Associações para a Manutenção da Agricultura Camponesa (AMAPs).

AS AMAPs: RELAÇÕES DE MERCADO SUBMETIDAS A PRINCÍPIOS ÉTICOS?

Exceto a rede Biocoop, agricultores orgânicos, como os agricultores que não alegam ser “orgânicos”, sempre escoaram sua produção para os mercados locais, ou em

⁷² Cf. <http://www.biocoherence.fr>

⁷³ Cf. http://www.biocoherence.fr/La_marque/La_charte/

⁷⁴ Ver nesse sentido, a tribuna comum assinada por “atores históricos” (Demeter, Simples, N&P, e Coerência orgânica) reivindicando sua legitimidade em usar os termos “orgânico” ou “eco”: www.biocoherence.fr/Actualité/Communique.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

venda direta para suas explorações, aliando às vezes venda e militância⁷⁵. Os vinicultores biodinamistas, por exemplo, praticam a venda em suas propriedades como um ato comercial e de contestação às práticas dominantes. Dentro de suas salas de degustação, alguns deles expõem publicações questionando não só as instituições que gravitam em torno da produção do vinho, mas também as usinas nucleares e os testes em animais e se colocam a favor da constituição de uma herança patrimonial que contemple uma ética solidária e ecológica.

Nós podemos observar essa imbricação da economia e da política no salão *Marjolaine* criado pela N&P em 1976 em Paris, ou na feira eco-orgânica que começou em 1982 na Alsácia em Rouffach. Esses circuitos diferenciam-se dos produtores convencionais e orgânicos, integrados ao sistema dominante, que geralmente usavam os circuitos (mais longos) oferecidos pelas organizações profissionais para escoar sua produção.⁷⁶ É dentro desta lógica de localismo, de venda direta ou de meios de intermediação possíveis que, a partir de 2001, aparecem na França as Associações para a Manutenção da Agricultura Camponesa (AMAPs). Esses circuitos curtos, inéditos dentro da paisagem francesa, como nota Fabrice Ripoll (2010), ou Olivier Coquart (2010), se transformam em verdadeiras alavancas de redes alimentares de proximidade⁷⁷.

As AMAPs (que aparecem inicialmente no exterior de outras formas) não incluem dentro de seu conceito, e dentro de seus princípios, a obrigação de produzir uma agricultura orgânica (embora este seja, na maioria dos casos, o modo de produção efetivamente aplicado), mas unicamente uma preocupação em produzir de modo mais ecológico, beneficiando as pequenas propriedades e a relação entre produtor e consumidor⁷⁸. Após um forte crescimento, seu número teve a tendência a se estabilizar

⁷⁵ Olivier Valérie, Coquart Dominique, “Les AMAPs: une alternative socio-économique pour des petits producteurs locaux?”, *Économie rurale*, n° 318-319, septembre 2010, pp.20-34.

⁷⁶ Garcia-Parpet Marie France, “Viticulture in biodynamic terms: militancy or Market niche?”, in Siniscalchi V., Couhinan C., *Food Activism, Agency, Democracy and Economy*, Londres, Bloomsbury, Publishers, 2013, pp.148-160.

⁷⁷ Podemos pensar, entre outras, em lojas de consumidores tais como “La Louve”, “La Ruche Qui Dit Oui”, as redes de Slow Food em que os membros são por vezes filiados as AMAPs e aos mercados locais.

⁷⁸ Samak Madlyne, “Des agriculteurs contre le marché? Itinéraire d’un mode alternatif de commercialisation des fruits et légumes”, *L’homme et la société*, n°183-184, janvier 2012, pp. 207-224; Ripoll Fabrice, “Forces et faiblesses des AMAP et autres dispositifs apparentés”, in Frère Bruno, Jacquemain Marc, *Résister au quotidien?*, Paris, Presses de Science Po (coll. Académique), 2013, pp.181-187.

nos últimos anos: em 2012, como em 2011, contabilizou-se no território francês 1.600 AMAPs; em 2014 estimamos⁷⁹ seu número em 2.000 dentro das quais se engajam 80.000 famílias ou 320.000 “consumidores” dos quais um conjunto de pesquisas precisa suas características sociais. Seguindo a época e a região dentro das quais elas foram realizadas⁸⁰, as pesquisas sobre os membros das AMAPs mostram de fato, ora uma predominância de representantes de classes operárias e médias⁸¹, ora de classes sociais mais altas⁸².

As AMAPs se reivindicam como uma alternativa às relações desiguais dos circuitos longos. O sistema supõe permitir aos produtores sair dos circuitos dos mercados tradicionais, e escapar das relações sociais desiguais que caracterizam as vias tradicionais de comércio de produtos agrícolas, já que o poder de negociação dos produtores é geralmente muito limitado. Ele diz respeito a uma construção conjunta da oferta e da demanda onde uma consulta é realizada para elaborar os preços dos cestos e da qualidade dos produtos, segundo as relações interpessoais nas quais os engajamentos dos consumidores vão de um adiantamento feito para o produtor dentro do prazo de um ano, até uma solidariedade no caso de risco à produção; a integração de vínculos de solidariedade leva Madlyne Samak a se interrogar sobre a qualidade de mercado das transações⁸³. Se dentro desse sistema os consumidores renunciam em parte a uma liberdade de escolha característica do mercado, eles adquirem o acesso a outras alternativas concernentes à legitimidade do sistema de produção e de distribuição de produtos.

Eles fazem valer seu ponto de vista sobre essas questões dentro do quadro de uma nova repartição de poder de decisão entre produtores e consumidores, suas

⁷⁹ Estatísticas recenseadas pelo movimento inter-regional de AMAPs (MIRAMAP).

⁸⁰ Ver análises descritivas de uma série de questionários endereçados a 17 grupos de AMAPs situadas nas regiões Centro, Provence, Alpes, Cote d’Azur e Midi-Pyrénées, entre 2010 e 2014, por Bitoun Pierre e Lefebvre Catherine: [http:// pierrebitoun.canalblog.com/archives2011/12/18/23017321.html](http://pierrebitoun.canalblog.com/archives2011/12/18/23017321.html)

⁸¹ Mundler Patrick, “Les associations pour le maintien de l’agriculture paysanne (AMAP) en Rhône Alpes, entre marché et solidarité”, *Économie rurale*, n.297-298, janvier, 2007.

⁸² Dubuisson-Quellier Sophie, Lamine Claire, “Faire le marché autrement. Le cas des paniers de fruits et de légumes bio comme mode d’engagement politique des consommateurs”, *Sciences de la société*, n° 62, mai 2004, pp.145-167; Paranthoën Jean-Baptiste, “Processus de distinction d’une petite bourgeoisie rurale. Les cas d’une Association pour la Maintien d’une Agriculture Paysanne”, in Julian Mischi (*dir.*), “Campagnes populaires, campagnes bourgeoises”, *Revue Agone*, n°51, 2013, pp.117-131.

⁸³ Samak Madlyne, “Les conditions pratiques d’un engagement économique et local, les maraîchers biologiques et la saisonnalité des fruits et légumes”, *Revue d’études en agriculture et environnement*, n.94, janvier, 2013, pp.93-116.

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

escolhas dirigidas, não mais sobre uma combinação de produtos, mas sobre opções sociais, econômicas e políticas inscritas dentro do sistema de produção de suas frutas e legumes e dentro do sistema de trocas que lhes dá acesso a esses produtos⁸⁴. As trocas não se situam verdadeiramente fora do mercado⁸⁵ e, para alguns, a escolha das AMAPs é menos o resultado de um engajamento, que de uma escolha de aprovisionamento cômodo ou de uma prática distintiva.

Certos pesquisadores apontam com razão um caráter sempre tênue de articulação entre o consumo e a política⁸⁶ onde algumas características colocam os consumidores como pertencentes a uma pequena burguesia local⁸⁷, ou ainda o fato de que os agentes sociais se apropriam do sistema das AMAPs de uma forma diferente, segundo a sua inscrição espacial, sua antiguidade dentro das cidades e a reputação de seus produtos; quando o trabalho de personalização desmorona e, às vezes, constatamos uma mudança ética⁸⁸, as trocas se aproximam mais das transações comerciais clássicas.

Permanece o fato de que essa forma de distribuição envolve elementos de engajamento político que pode variar de acordo com os arranjos coletivos e sustentáveis, permitindo “produzir capital social para conter os efeitos combinados do mercado e das políticas públicas”⁸⁹. Além disso, as AMAPs desenvolvem a ideia de um localismo econômico. Mesmo se os entretenimentos proporcionados pelas AMAPs, como as visitas a explorações familiares, ou os dias de “Portas abertas”, podem dar impressão de uma teatralização autêntica para “fins comerciais” destinados a uma população urbana, as AMAPs produzem, com suas frutas e seus legumes, uma visão de mundo onde “consumir local” pode primar sobre o caráter “orgânico”, participando de uma redefinição das relações econômicas, ecológicas e sociais.

⁸⁴ Dubuisson-Quellier Sophie, Lamine Claire, “Faire le marché...*op. cit.* Lamine Claire, *Les Intermittents...op. cit.*

⁸⁵ Samak Madlyne, “*Les conditions pratiques...op.cit.*”

⁸⁶ Dubuisson-Quellier Sophie, Lamine Claire, “Faire le marché...*op. cit.*”

⁸⁷ Paranthoën Jean-Baptiste, “*Processus de distinction...op.cit*”

⁸⁸ Samak Madlyne, “*Des agriculteurs contre...op.cit.*”

⁸⁹ Ripoll Fabrice, “L’économie ‘solidaire’ et ‘relocalisée’ comme construction de un capital social de proximité. Les cas des Associations pour la maintien d’une agriculture paysanne (AMAP)”, *Regards Sociologiques*, n.40, janvier 2010, pp.59-75.

QUAL(AIS) DIMENSÃO(S) ÉTICA(S) PARA OS PRODUTO(S) RESULTANTE(S) DA AGRICULTURA ORGÂNICA HOJE?

A crítica da economia produtivista dos anos 1950, 1960, 1970 esteve na origem da perda de prestígio dos produtos agrícolas alimentares cultivados segundo cânones da “agricultura produtivista”, provocando a aparição de uma outra categoria de bens, os produtos da “agricultura orgânica”. Ao sair da Segunda Guerra Mundial a agricultura orgânica nascente resultou, na França, de uma crítica complexa, muito enraizada à direita, adotada por médicos, agrônomos, engenheiros, cientistas e agricultores frequentemente à margem ou em ruptura com seu meio profissional, associando as visões de modalidades de cultura do solo, do papel da alimentação na saúde humana, e do papel do campesinato e das sociedades rurais para a vitalidade de uma nação.

A agricultura orgânica assumiu em seguida diferentes sentidos e formas segundo os agentes que aproveitaram de sua notoriedade e nela investiram. Em certos casos, politicamente enraizada à esquerda, ela pôde exercer a crítica ao produtivismo e estimular as formas de produção e circulação que constituem às vezes meios de se distanciar do sistema dominante e reforçar formas de contestação. Em outros contextos, em grande parte despossuída de seus atributos contestadores, ela constituiu uma oportunidade de mercado que encontrou seu espaço dentro das formas dominantes dos complexos agroindustriais. Em supermercados e hipermercados das grandes cadeias de distribuição de alimentos, por toda a França, há atualmente setores com prateleiras dedicadas à “agricultura orgânica”, com separação visível dos demais produtos exibidos.

Assim, a relativa legitimação do Estado contribuiu para um aumento significativo da oferta e da demanda dos produtos AB, mas também contribuiu fortemente para o desenvolvimento de uma outra concepção de seus produtos, muito mais próximos dos demais produtos padronizados (unicamente a ausência de uso de produtos químicos sintéticos são levados em consideração).

Entretanto, esta integração dentro do sistema produtivo dominante não colocou em xeque a existência de uma crítica expressa por uma luta contínua para defender e atualizar os modos de produção e de distribuição mais exigentes (ao olhar dos padrões europeus) e pelo desenvolvimento de toda uma nebulosa de circuitos curtos de caráter

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

alternativo, por exemplo, as AMAPs, que não necessariamente reivindicam o caráter “orgânico” do modo de produção, mas que insistem sobre o caráter alternativo do modo de produção, de comercialização e de consumo, baseando-se na singularidade dos produtos e na relação privilegiada entre produtor e consumidor. A qualidade dos produtos agrícolas, seus métodos de produção e comercialização, não constitui apenas um pressuposto de trocas mercantis e do aprovisionamento de populações concentradas nas cidades, mas é alvo de disputas simbólicas importantes, centradas nos significados da agricultura para a saúde humana, para preservação do meio ambiente e para transparência dos circuitos de comercialização.

Alguns autores buscavam examinar nas AMAPs seus vínculos com relações não mercantis e concluíram que não era esse o caso. Se as AMAPs, como outras formas de circuito curto (mercado local, lojas de produtores, vendas diretas), fazem parte do mercado, no entanto apresentam uma forma de institucionalização específica, colocando em jogo atores diferentes, ou ao menos modificando as relações entre os agentes, excluindo intermediários. Elas não colocam em jogo os mesmos agentes, e aqueles que entram nesta relação, não interagem da mesma forma com as grandes distribuições e as grandes empresas. Mas também não impedem que essas últimas modalidades tenham hegemonia no conjunto da economia.

Os produtores entram em contato com suas “demandas” a partir de outras relações de força. Sobretudo, para aqueles que estão no centro de nossa reflexão, a existência das AMAPs, dos circuitos curtos, e da rotulação mais exigente em torno das condições sociais de produção do que as solicitadas “oficialmente”, são prova da persistência de explorações e agentes distribuidores e consumidores reivindicando dimensões éticas, ou “não como as outras”, partindo de uma parcela da economia voltada para o engajamento político, agindo como personagem “*embedded*” (*incrustado*) da economia, se distinguindo e se colocando ao lado de formas de institucionalização onde a economia aparece como esfera menos controlada por mobilizações e debates políticos e portanto “mais autônoma” (mais dependente dos capitais específicos dos detentores de riquezas materiais). O estudo dessas questões nos aproxima dos conceitos e preocupações explorados na obra de Karl Polanyi.

Se o modelo de transação das AMAPS assume até agora uma certa forma de menor amplitude do ponto de vista quantitativo, permanece o fato de que ela entra em

Tradução – A agricultura orgânica e seu reconhecimento: entre institucionalização, mercado e reposicionamento ético – Marie-France Garcia-Parpet; Nathalie Jas; Benoît Leroux – p. 293-320

concorrência com as formas de trocas dominantes e com as representações associadas aos produtos certificados orgânicos, e revela uma alternativa às novas apresentações dos produtos resultantes da grande distribuição, evocando, em suas embalagens e em sua publicidade, a ideia de *terroir* ou de uma produção local. Enfim, a luta por garantias de qualidade mais exigentes, que aquelas elaboradas por instituições do Estado, mostra também a batalha pela definição da “boa qualidade” dos produtos e das relações sociais impulsionadas pelos agentes dotados de interesses econômicos, políticos, éticos diversos.

Recebido em: 05/03/2020 Aprovado em: 05/05/2020
--